



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA DAS SESSÕES

Ofício nº 2282/2020-GP

Brasília-DF, 16 de Abril de 2020.

Senhor Secretário,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar, em anexo, cópia do inteiro teor da Decisão nº 964/2020, com o(s) documento(s) e/ou processo(s) nele(a) indicado(s), proferida por este Tribunal na Sessão Ordinária nº 5203, realizada em 08/04/2020, quando apreciou o Processo nº 14166/2019-e, de relato do(a) CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO.

Na oportunidade, informo que, o(s) documento(s) relacionado(s) ao mencionado processo, quando disponível(is) para consulta, encontra(m)-se no endereço eletrônico do TCDF, <http://www.tc.df.gov.br>, pesquisando processo pelo número, na aba Peças.

Informo, ainda, que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush (www.tc.df.gov.br - Espaço do Cidadão - Acompanhamento por e-mail).

Atenciosamente,

Anilcéia Luzia Machado
Presidente

Ao Excelentíssimo Senhor
FRANCISCO ARAUJO FILHO
Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES
Brasília - DF - DF

elaineacruz

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.166/19e

Processo n.º: 14.166/2019-e**Órgão:** Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF**Assunto:** Representação

Ementa: Representação formulada pela empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP, versando acerca de supostas irregularidades no ato de inabilitação da Representante no curso da Dispensa de Licitação n.º 37/2019, lançada pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, para contratação emergencial de empresa de engenharia para prestação de serviços de manutenção predial e para reconstituição de partes de obras civis afetadas, em imóveis pertencentes à Pasta da Saúde e outros que estejam sob a sua responsabilidade. 20 lotes. Valor total estimado: R\$ 50.501.951,97. Análise de admissibilidade. Unidade instrutiva propõe ao Tribunal: conhecer da exordial, com fulcro no art. 113, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993; determinar à SES/DF que suspenda cautelarmente o processo de seleção referente aos lotes 2, 3 e 13 da Dispensa de Licitação n.º 37/2019, até o deslinde de mérito da representação em epígrafe; com fulcro no disposto no art. 230, § 9º, c/c o art. 248, inciso V, do RI/TCDF, determinar à SES/DF que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se sobre o teor dos fatos representados, facultando o pronunciamento das demais empresas interessadas no mesmo prazo. Despacho Singular n.º 337/2019-GCIM, amparado no art. 40 da Lei Complementar n.º 01/1994, no art. 113, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993 e no art. 277 do Regimento Interno do TCDF, em harmonia com a Seasp/TCDF, com acréscimos, no sentido de: tomar conhecimento da representação formulada pela empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP; determinar à SES/DF que, cautelarmente, até o julgamento de mérito da representação em comento, limite o valor a ser eventualmente desembolsado com serviços objeto dos lotes 2, 3 e 13 da Dispensa de Licitação n.º 37/2019 aos valores que seriam gastos pelo Poder Público na forma das respectivas propostas de preço apresentadas pela empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP; fixar prazo de 3 (três) dias para apresentação de esclarecimentos pela SES/DF, facultando a manifestação das empresas interessadas no mesmo prazo. Decisão n.º 2.222/2019: ratificação do Despacho Singular n.º 337/2019-GCIM. Ingresso de pedido de prorrogação de prazo, por 05 (cinco) dias, formulado pela empresa Civil Engenharia Ltda.. Ausência de manifestação da SES/DF. Pedido de dilação de prazo formulado pelo representante legal da empresa Civil Engenharia Ltda.. Decisão n.º 2.274/2019: conhecimento do pedido de dilação de prazo formulado pelo representante legal da empresa Civil Engenharia Ltda.; reiteração à SES/DF da necessidade de dar cumprimento da diligência constante do item II.b do Despacho Singular n.º 337/2019-GCIM, ratificado pela Decisão n.º 2.222/2019, no prazo de 3 (três) dias; alerta ao titular da Pasta da Saúde que o não atendimento de decisão deste Tribunal, no prazo fixado, sem causa justificada, sujeita o infrator à multa prevista no art. 57, inciso IV, da LO/TCDF; concessão de prazo de 3 (três) dias às empresas Civil Engenharia Ltda., Infra Engeth Infraestrutura Construção e Comércio Ltda. e Contarpp Engenharia Ltda., para se manifestarem acerca dos fatos representados na exordial; e autorização para a realização de inspeção na jurisdicionada, com a finalidade de examinar ocorrência de falhas e ilegalidades perpetradas pela SES/DF no ato de inabilitação da empresa representante nos lotes 2, 3 e 13 da Dispensa de Licitação n.º 37/2019. Manifestações da empresa Civil Engenharia Ltda. e da

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.166/19e

SES/DF. Pedido de vista do processo após a última decisão, formulado pela empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP. Análise de mérito da exordial. Despacho Singular n.º 411/2019-GCIM: deferimento de vista integral dos autos à empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP. Despacho Singular n.º 537/2019-GCIM: determinação de retorno dos autos à Seasp/TCDF, para fins de reinstrução. Decisão n.º 4.142/2019: conhecimento dos expedientes acostados ao feito; determinação à SES/DF que, no prazo de 3 (três) dias, informe ao Tribunal a justificativa técnica para a necessidade de requerer atestados de capacidade técnico-operacional atrelados a serviços prestados em determinados tipos de edificação, com característica administrativa ou hospitalar, a depender do lote, demonstrando quais técnicas e expertises de manutenção se diferenciam em cada tipologia de edifício, considerando, inclusive, que, apesar de o lote 13 da Dispensa de Licitação n.º 37/2019 contemplar edificações com área total de 28.282,31 m², apenas 5.490 m² são referentes a um hospital propriamente dito (Hospital Regional do Guará – HRGu); qual o atestado de capacidade técnico-operacional, em nome da empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP, dá suporte à participação da citada empresa na Dispensa de Licitação n.º 37/2019 e a forma como os serviços objeto dos lotes 2, 3 e 13 da Dispensa de Licitação n.º 37/2019 estão sendo prestados; envio de cópia deste Relatório/Voto e da decisão que vier a ser adotada à SES/DF, para subsidiar o cumprimento das diligências constantes do item II e o retorno dos autos à Seasp/TCDF. Encaminhamento de informações pela jurisdição. Decisão Liminar n.º 08/2019-P/AT: conhecimento dos documentos apresentados pela SES/DF, considerando cumprida a Decisão n.º 4.142/2019. Decisão n.º 07/2020: referendo da Decisão Liminar n.º 8/2019-P/AT. Ingresso de pedido de vista dos autos formulado pela empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP. Despacho Singular n.º 23/2020: concessão. **Nesta fase:** exame de mérito da exordial. Unidade instrutiva sugere ao Tribunal: considerar, no mérito, parcialmente procedente a representação formulada pela empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP; e autorizar o prosseguimento do processo de contratação relativo aos lotes 2, 3 e 13 da Dispensa de Licitação n.º 37/2019 e o arquivamento dos autos. Ministério Público aquiesce, com acréscimos no sentido de que o corpo instrutivo proceda ao exame da conformidade dos preços contratados com os de mercado, e para que a SES/DF justifique a não realização de licitação regular para o objeto. VOTO parcialmente convergente com os órgãos instrutivo e ministerial. Pela procedência parcial da representação, considerando a pertinência de algumas das irregularidades examinadas no processo, sem que disso resulte qualquer diligência específica à SES/DF, tampouco emergja qualquer direito subjetivo a pretensas empresas interessadas, tendo em vista a superveniente ratificação da Dispensa de Licitação n.º 420/2019-SES/DF, com escopo idêntico ao da Dispensa de Licitação n.º 37/2019-SES/DF; e por determinação à Seasp/TCDF para autuação de processo específico para exame de regularidade da Dispensa de Licitação n.º 420/2019, em especial quanto ao cumprimento dos requisitos de habilitação técnica pela empresa Poli Engenharia Ltda., vencedora dos lotes 1 e 13 do novel procedimento de dispensa, e signatária dos Contratos n.ºs 29/2020 e 40/2020-SES/DF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.166/19e

RELATÓRIO

Cuidam os autos de representação formulada pela empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP, versando acerca de supostas irregularidades no ato de inabilitação da Representante no curso da Dispensa de Licitação n.º 37/2019, lançada pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, para contratação emergencial de empresa de engenharia para prestação de serviços de manutenção predial e para reconstituição de partes de obras civis afetadas, em imóveis pertencentes à Pasta da Saúde e outros que estejam sob a sua responsabilidade (e-DOC 24AD7A45-c).

A referida dispensa de licitação previu a apresentação de documentação pelos interessados até 18.04.2019, às 10h, e compreende 20 (vinte) lotes, no montante total estimado de R\$ 50.501.951,97.

A empresa representante apresentou propostas para os lotes 2, 3 e 13, que correspondem a um valor orçado pela Administração de R\$ 4.356.717,39.

Os presentes autos deram entrada em meu Gabinete às 11h46 do dia 19.06.2019.

No intuito de dar jurisdição à matéria tempestivamente, tive por adequado verificar se haveria necessidade de prolação de medida cautelar, por intermédio de despacho singular, nos termos do art. 277 do RI/TCDF¹, considerando: a proposta de encaminhamento ofertada pelo corpo instrutivo; que, conforme constava da documentação carreada aos autos, os procedimentos atinentes à habilitação e à classificação das empresas no procedimento de Dispensa de Licitação n.º 37/2019-SES/DF já haviam ocorrido; e que a próxima sessão ordinária do Plenário desta Corte de Contas ocorreria somente em 25.06.2019.

Nesse sentido, exarei o **Despacho Singular n.º 337/2019-GCIM** (eDOC DA50EE30-e), de 19.06.2019, em harmonia com a unidade instrutiva, com acréscimos, com o seguinte teor na parte dispositiva *stricto sensu*:

“Face ao exposto, com amparo no art. 277 do Regimento Interno do TCDF, no art. 113, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993 e no art. 40 da Lei Complementar n.º 01/1994, em harmonia com a unidade instrutiva, com os acréscimos que faço, DECIDO por:

I. tomar conhecimento:

a) da representação formulada pela empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP, versando acerca de supostas irregularidades no ato de inabilitação da Representante no curso da Dispensa de Licitação n.º 37/2019, lançada pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, para contratação emergencial de empresa de engenharia para prestação de serviços de manutenção predial e para reconstituição de partes de obras civis afetadas, em imóveis pertencentes à Pasta da Saúde e outros que estejam sob a sua responsabilidade (e-DOC 24AD7A45-c), com fulcro no disposto no art. 113, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993;

¹ “Art. 277. O Plenário, o relator, ou, o Presidente, na hipótese do art. 16, inciso XIV, deste Regimento, em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao erário, ao interesse público, ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, poderá, de ofício ou mediante provocação, adotar medida cautelar, com ou sem a prévia oitiva da parte, determinando, entre outras providências necessárias à preservação da legalidade e do patrimônio público, a suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o Tribunal decida sobre o mérito da questão suscitada, nos termos do art. 45 da Lei Complementar nº 1/94”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.166/19e

b) da Informação n.º 30/2019-1ª Diasp (e-DOC 7DC99008-e);

II. determinar à SES/DF que:

a) cautelamente, até o julgamento de mérito da representação a que alude o item I.a, limite o valor a ser eventualmente desembolsado com serviços objeto dos lotes 2, 3 e 13 da Dispensa de Licitação n.º 37/2019 aos valores que seriam gastos pelo Poder Público na forma das respectivas propostas de preço apresentadas pela empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP no referido procedimento de dispensa de licitação;

b) no prazo de 3 (três) dias, manifeste-se sobre os fatos reportados na representação em epígrafe, com fulcro no art. 230, § 9º, c/c o art. 248, inciso V, do RI/TCDF;

III. em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, conceder às empresas Infra Engeth Infraestrutura Construção e Comércio, Contarpp Engenharia Ltda., e Civil Engenharia Ltda. a oportunidade de se pronunciarem sobre o teor da representação formulada pela empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP no prazo de 3 (três) dias;

IV. dar ciência desta deliberação monocrática ao representante legal da empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP, informando-lhe que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDF Push (www.tc.df.gov.br - Espaço do Cidadão - Acompanhamento por e-mail);

V. autorizar:

a) o envio de cópia da representação indicada no item I.a, bem como dos seus respectivos anexos, à SES/DF e às empresas nominadas no item III;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp/TCDF, para adoção das providências devidas.” (grifos acrescidos).

A referida deliberação monocrática foi referendada pelo Plenário mediante a **Decisão n.º 2.222/2019** (e-DOC 68E551C0-e).

Em 05.07.2019, ingressou nesta Corte de Contas pedido de prorrogação de prazo formulado pelo representante legal da empresa Civil Engenharia Ltda., peticionando dilação de prazo por 5 (cinco) dias para manifestação acerca de representação formulada pela empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP.

Na Sessão Ordinária n.º 5.142, de 09.07.2019, o Tribunal proferiu a **Decisão n.º 2.274/2019** (e-DOC 44FA98A0-e), *in verbis*:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento do pedido de dilação de prazo formulado pelo representante legal da empresa Civil Engenharia Ltda. (eDOC C1F46D64-c); II – reiterar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF o efetivo cumprimento da diligência constante do item II.b do Despacho Singular n.º 337/2019-GCIM, ratificado pela Decisão n.º 2.222/2019, no prazo de 3 (três) dias; III – alertar o titular do órgão de que o não atendimento de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.166/19e

decisão deste Tribunal, no prazo fixado, sem causa justificada, sujeita o infrator à multa prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar n.º 1/1994; IV – conceder prazo de 3 (três) dias às empresas Civil Engenharia Ltda., Infra Engeth Infraestrutura Construção e Comércio Ltda. e Contarpp Engenharia Ltda., para se manifestarem acerca dos fatos representados na exordial; V – autorizar, desde logo, a realização de inspeção na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, com a finalidade de examinar ocorrência de falhas e ilegalidades perpetradas pela SES/DF no ato de inabilitação da empresa representante nos lotes 2, 3 e 13 da Dispensa de Licitação n.º 37/2019; VI – autorizar o retorno dos autos à Seasp/TCDF, para exame de mérito da exordial, em caráter urgente e prioritário” (grifos acrescidos).

No dia 12.07.2019, a empresa Civil Engenharia Ltda. encaminhou tempestivamente manifestação à Corte (e-DOC 8B1F6DF1-c).

A SES/DF, por sua vez, prestou esclarecimentos ao Tribunal no dia 15.07.2019, por meio do Ofício SEI-GDF n.º 2.444/2019-SES/GAB e de seus respectivos anexos (e-DOC 86CFAE51-c).

A Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública/TCDF, ao examinar o mérito da exordial, por intermédio da Informação n.º 43/2019-1ª Diasp (e-DOC C8E3D0AB-e), lançou as seguintes sugestões ao eg. Plenário:

“I. tomar conhecimento do Ofício nº 2444/2019 – SES (e-DOC 86CFAE51) e do documento enviado pela empresa Civil Engenharia Ltda. (e-DOC 8B1F6DF1);

II. considerar, no mérito, parcialmente procedente a Representação da empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções Eireli – EPP, em relação à sua habilitação para os lotes 2 e 3 do edital de Dispensa de Licitação n.º 37/2019;

III. determinar à Secretaria de Estado da Saúde que, em relação ao lote 13 do edital de Dispensa de Licitação n.º 37/2019:

a) reavalie a inabilitação da Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções Eireli – EPP, inclusive realizando as diligências que se fizerem necessárias, uma vez que o atestado de capacidade técnica vinculado ao Contrato n.º 55/2013, firmado com a própria SES/DF, comprovaria a prestação de serviços de manutenção em “ambiente hospitalar”;

b) após a adoção da providência determinada no item anterior, caso seja considerado hábil o atestado da Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções Eireli – EPP, em atenção ao princípio da isonomia e da economicidade, promova nova cotação de preços junto a todas as empresas habilitadas, adotando como limite máximo de preço o índice $k = 0,78$;

c) informe o Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca das medidas adotadas em relação à presente diligência;

IV. autorizar:

a) o envio de cópia da Decisão que vier a ser tomada, juntamente com esta informação à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.166/19e

Federal e às empresas Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções Eireli – EPP e Civil Engenharia Ltda.;

b) o retorno dos autos à SEASP para as providências cabíveis”.

O Ministério Público que atua junto a este Tribunal – MPJTCDF, após empreender breve relato dos fatos, opinou de forma parcialmente convergente com a área instrutiva, nos termos do Parecer n.º 535/2019-G1P (e-DOC 3DD584F2-e), propondo à Corte:

“I. tomar conhecimento do Ofício n.º 2444/2019 – SES (e-DOC 86CFAE51) e do documento enviado pela empresa Civil Engenharia Ltda. (e-DOC 8B1F6DF1);

II. considerar, no mérito, procedente a Representação da empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções Eireli – EPP, vez que preencheu o requisito técnico do Ato Convocatório de Dispensa de Licitação n.º 37/2019, apresentando a “Certidão de Acervo Técnico-CAC e o Atestado de Capacidade Técnica-ACT”;

III. determinar à Secretaria de Estado da Saúde que reavalie a inabilitação da Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções Eireli – EPP, em relação ao Ato Convocatório de Dispensa de Licitação n.º 37/2019;

IV. autorizar:

a) o envio de cópia da Decisão que vier a ser tomada, juntamente com esta informação à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e às empresas Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções Eireli – EPP e Civil Engenharia Ltda.;

b) o retorno dos autos à SEASP para as providências cabíveis”.

No dia 18.09.2019, exarei o **Despacho Singular n.º 537/2019-GCIM** (e-DOC AD6CAE44-e), determinando o retorno dos autos à Seasp/TCDF, para fins de reinstrução, de modo que a unidade instrutiva, a partir da realização de inspeção, já autorizada pelo Plenário por meio do item V da Decisão n.º 2.274/20196 , trouxesse ao processo, no mínimo, as seguintes informações, com a respectiva análise:

“• cópia integral do processo administrativo referente à Dispensa de Licitação n.º 37/2019;

• justificativa técnica da SES/DF para a necessidade de requerer atestados de capacidade técnico-operacional atrelados a serviços prestados em determinados tipos de edificação, com característica administrativa ou hospitalar, a depender do lote;

• qual atestado de capacidade técnico-operacional, em nome da empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP, dá suporte à participação da Representante na Dispensa de Licitação n.º 37/2019;

• qual o alcance da vedação contida na Certidão de Registro e Quitação n.º 7626/2019-INT, emitida pelo CREA/DF em favor da empresa Urso Branco;

• qual a pertinência das informações trazidas pela Representante nos documentos de e-DOC D4B76E85-c e 8AC845F6-c”.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.166/19e

Buscando dar cumprimento à referida deliberação monocrática, a Seasp/TCDF encaminhou à SES/DF as Notas de Inspeção n.ºs 01/2019 e 02/2019, acostadas ao e-DOC 21CF549A-e, e se manifestou por meio da Informação n.º 72/2019-1ª Diasp (e-DOC 730B1930-e), sugerindo à Corte que:

“I – tome conhecimento da presente informação e do processo SEI² 00060-00088853/2019-60, considerando parcialmente cumprida a diligência determinada pelo Despacho Singular n.º 537/2019-CGIM;

II – determinar à SES/DF que encaminhe, no prazo de 5 (cinco) dias, em cumprimento ao disposto no art. 241, § 1º, do RITCDF, justificativa técnica que comprove a necessidade de se exigir experiência prévia em ambiente hospitalar, mormente em relação às edificações heterogêneas que compõem o lote 13 da Dispensa de Licitação n.º 037/2019, tendo em vista possível cerceamento indevido do caráter competitivo, adotando, se for o caso, medidas para sanar a irregularidade”.

Na Sessão Ordinária n.º 5.181, de 28.11.2019, o Tribunal exarou a **Decisão n.º 4.142/2019** (e-DOC F222C2DF-e), com o seguinte teor:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do documento de e-DOC 8B1F6DF1-c, encaminhado à Corte pela empresa Civil Engenharia Ltda.; b) do Ofício SEI-GDF n.º 2.444/2019-SES/GAB e de seus respectivos anexos (e-DOC 86CFAE51-c), remetidos ao Tribunal pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF; c) das Informações n.ºs 43/2019-1ª Diasp e 72/2019-1ª Diasp (eDOC C8E3D0AB-e e 730B1930-e, respectivamente); d) do Parecer n.º 535/2019-G1P (e-DOC 3DD584F2-e); II – determinar à SES/DF que, no prazo de 3 (três) dias, informe ao Tribunal: a) qual é a justificativa técnica para a necessidade de requerer atestados de capacidade técnico-operacional atrelados a serviços prestados em determinados tipos de edificação, com característica administrativa ou hospitalar, a depender do lote, demonstrando quais técnicas e expertises de manutenção se diferenciam em cada tipologia de edifício, considerando, inclusive, que, apesar de o lote 13 da Dispensa de Licitação n.º 37/2019 contemplar edificações com área total de 28.282,31 m2, apenas 5.490 m2 são referentes a um hospital propriamente dito (Hospital Regional do Guará – HRGu); b) qual atestado de capacidade técnico-operacional, em nome da empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP, dá suporte à participação da citada empresa na Dispensa de Licitação n.º 37/2019; c) de que forma os serviços objeto dos lotes 2, 3 e 13 da Dispensa de Licitação n.º 37/2019 estão sendo prestados, considerando que não restaram publicados no DODF extratos de contratos atinentes a esses lotes; III – autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à SES/DF, para subsidiar o cumprimento das diligências constantes do item II; b) o retorno dos autos à Seasp/TCDF, para a adoção das providências devidas. O Conselheiro RENATO RAINHA deixou de atuar nos autos, por força do art. 153, § 1º, do RI/TCDF”.

Posteriormente, acompanhando a proposta de encaminhamento ofertada pelo corpo instrutivo no bojo da Informação n.º 89/2019-1ª Diasp (e-DOC

² Disponível na Pasta: SEAUD_Público (\jupter1) (Y)_Processo SEI 00060-00088853-2019-60.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.166/19e

64D9986F-e), acerca do reportado pela SES/DF no Ofício n.º 4.315/2019-SES/GAB (e-DOC C6DB7549-c), a Presidente desta Corte, por meio da **Decisão Liminar n.º 08/2019-P/AT³** (e-DOC 2F1C4C03-e), considerou “*cumprida a Decisão 4.142/2019*”.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE INSTRUTIVA

Nessa oportunidade, após contextualizar o feito, a unidade instrutiva se manifestou por intermédio da **Informação n.º 21/2020-1ª Diasp** (e-DOC 5366E2FE-e), conforme a seguir reproduzido, com ajustes de forma:

“II – Análise

15. *Destaca-se preliminarmente que o objeto da Representação foi o questionamento da empresa Urso Branco, quanto à inabilitação para execução dos serviços dos lotes n.ºs 2, 3 e 13 da Dispensa de Licitação nº 37/2019.*

16. *Contudo, a SES/DF reviu sua posição em relação aos lotes n.ºs 2 e 3, conforme consta do Despacho SEI-GDF SES/SEINFRA/DEA⁴, de 26/06/2019:*

Conclusão: *Esta Diretoria se apresenta **FAVORAVEL** a participação da empresa URSO BRANCO Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI - EPP, na concorrência dos Lotes 2 e 3, sendo **DESFAVORAVEL** a participação da empresa na concorrência do Lote 13, por se tratar de manutenção Hospitalar.*

17. *Verifica-se, portanto, que a controvérsia remanescente diz respeito apenas ao Lote 13 da Dispensa de Licitação nº 37/2019.*

18. *Conforme apontado no tópico I desta Informação, o jurisdicionado apresentou esclarecimentos acerca das razões técnicas para requerer atestados de capacidade técnico-operacional para executar serviços em edificações com características ‘hospitalares’.*

19. *No tocante à composição do Lote 13, esclareceu que ali foram juntadas as unidades pertencentes à Superintendência da Região de Saúde Centro Sul - SRSCS, assim formada: HRGu; 21 Unidades Básicas de Saúde – UBS; Policlínica do Riacho Fundo I; Instituto de Saúde Mental; Unidade de Pronto Atendimento – UPA; laboratório (localizado na UBS n.º 2 do Guará); depósito do Riacho Fundo II. Dentre essas, a SES informa que o HRGu e a UPA apresentam edificação complexa, mas que a característica de ambiente ‘hospitalar’ também estaria presente no laboratório e nas UBS’s. Assim, entendendo haver preponderância das unidades de atenção primária e secundária de saúde, considerou-se pertinente exigir aptidão específica para o referido lote.*

20. *Os apontamentos acerca da composição do Lote 13 denotam que a proporção da metragem quadrada, relativa às edificações do tipo ‘hospitalar’ em relação às do tipo ‘administrativa’, não foi considerada, no entanto, restou demonstrado haver, além do HRGu, diversas outras edificações que podem ser classificadas, mesmo que em parte, como sendo ‘hospitalares’ na composição do Lote 13. No*

³ Referendada pelo Plenário mediante a Decisão n.º 07/2020 (e-DOC FE79D16D-e).

⁴ e-DOC 86CFAE51-c, peça 36.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.166/19e

caso das UBS, por exemplo, o site da SES/DF⁵ informa que ali são realizadas inalações, injeções, curativos, vacinas e coleta de exames laboratoriais, atividades que, mesmo não sendo de alta criticidade, demandariam maiores cuidados ao se realizar intervenções de manutenção, a fim de se evitar contaminação desses ambientes.

21. Diante desses elementos, apesar de a SES não ter sido minudente em sua resposta, considera-se suficientes os esclarecimentos prestados em relação ao item II.a da Decisão n.º 4142/2018.

22. Em relação à documentação de habilitação técnica, objeto do item II.b da Decisão n.º 4.142/2018, a SES limitou-se a informar que o atestado apresentado pela Representante faz parte do arquivo denominado “Habilitação DA URSO BRANCO”.

*23. A informação da SES ratifica que os atestados fornecidos pela Representante são os constantes do Processo SEI n.º 00060-00088853/2019-60. Compulsando aqueles autos, verifica-se existirem 2 (dois) atestados técnicos de cunho operacional: **1)** atestado de capacidade técnica em nome da Poli Engenharia Ltda., expedido pela SES/DF⁶; **2)** atestado de capacidade técnica em nome da Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções Ltda., expedido pela Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA⁷. Desses, impende destacar que apenas o atestado emitido em nome da Poli Engenharia comprovaria expertise em ambiente hospitalar.*

24. O Projeto Básico⁸ vinculado à Dispensa de Licitação n.º 37/2019 exige das interessadas comprovações técnico-profissional e técnico-operacional, conforme excerto a seguir:

(...)

25. No caso da comprovação técnico-operacional, o Projeto Básico classificou os lotes n.ºs 2, 3, 5 e 10 como edificações do tipo ‘administrativo’, de forma que para os demais, aí incluído o Lote 13, seria necessária experiência em edificações do tipo ‘hospitalar’.

26. Do Voto do Ilustre Conselheiro Inácio Magalhães Filho¹⁹, extrai-se:

Sabe-se que por diversas vezes faz-se necessário conhecer previamente não só a capacidade técnica dos profissionais que estão sendo indicados para a contratação no momento da licitação, mas também a capacidade técnico-operacional das próprias licitantes por meio da demonstração de experiência anterior na execução de obras ou serviços equivalentes.

A esse respeito, assim lecionou o Ministro Luiz Fux, quando do julgamento do REsp 331.215/SP, na época que compunha o Superior Tribunal de Justiça:

“A capacitação técnica operacional consiste na exigência de organização empresarial apta ao desempenho de um empreendimento, situação diversa da capacitação técnica pessoal” (destaquei).

⁵ <http://www.saude.df.gov.br/unidades-basicas/>

⁶ Fls. 524 a 537 do e-Doc C9F2546E-c (associado ao Processo).

⁷ Fls. 542 a 632 do e-Doc C9F2546E-c (associado ao Processo).

⁸ Fls. 5/7 do e-Doc 0881AF98-c (associado ao Processo).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.166/19e

Recordo, ainda, que, por intermédio da Decisão n.º 347/2017, esta Corte de Contas orientou à Novacap que:

“b) sempre que optar por requerer dos licitantes a demonstração de capacidade técnico-operacional, pode-se também exigir, quando for o caso, a apresentação de atestados devidamente registrados no CREA, acompanhados das respectivas CAT em nome de profissional habilitado, que trabalhe para a sociedade empresária ou já tenha figurado como responsável técnico da empresa, desde que conste na documentação comprobatória do acervo profissional o nome da pessoa jurídica do licitante como a empresa contratada para a execução da obra ou serviço, a teor do art. 64, § 3º, da Resolução n.º 1.025/09-CONFEA e do item II.ix da Decisão n.º 3.545/2016;” (grifei).

Assim, não vejo como aceitar atestado para fins de demonstração de capacidade técnico-operacional sem que conste do documento o nome da empresa licitante.

27. Dentre a documentação apresentada perante a SES/DF, verifica-se não haver atestado expedido em nome da pessoa jurídica Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções Ltda. que comprove sua aptidão na prestação de serviços de manutenção predial de natureza ‘hospitalar’. **Dessa forma, resta demonstrado que a Representante não comprovou a expertise exigida no item 9.2.1 do Projeto Básico para o Lote 13.**

28. Destaca-se, ainda, que a partir de consulta ao Portal da Transparência do GDF e também no Diário Oficial do DF, verificou-se ainda não haver contratação para a execução dos serviços dos lotes 2, 3 e 13.

29. No mesmo sentido, por intermédio do Ofício SEI-GDF n.º 269/2019 – SES/SEINFRA20, a Subsecretária de Infraestrutura em Saúde informa que ainda não foi formalizado contrato de manutenção predial para as edificações da Superintendência da Região de Saúde Centro Sul – SRSCS (Lote 13), em que pese haver autorização da Corte, ex vi do Item II.a do Despacho Singular n.º 337/2019- GCIM.

30. Por fim, diante das conclusões lançadas na presente assentada, devem ser desconsideradas, no tocante ao mérito da Representação em epígrafe, as sugestões constantes das Informações n.ºs 43/2019 – DIASP 1 e 72/2019 – DIASP 1 (peças 39 e 62)” (grifos originais).

Diante disso, a área instrutiva lançou as seguintes sugestões ao eg.

Tribunal:

“I. considere, no mérito, parcialmente procedente a Representação da empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções Eireli – EPP, tendo em vista que a representante não comprovou a expertise exigida para o Lote 13, indicada no item 9.2.1 do Projeto Básico do procedimento de Dispensa de Licitação nº 37/2019.

II. autorize:

- a) o prosseguimento do processo de contratação relativo aos lotes 2, 3 e 13 da Dispensa de Licitação nº 37/2019;*
- b) o envio de cópia da Decisão que vier a ser tomada, à Secretaria de Estado e Saúde do DF e às empresas Urso Branco Serviços*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.166/19e

de Instalações e Manutenções Eireli – EPP e Civil Engenharia Ltda.;

c) o retorno dos autos à SEASP para fins de arquivamento”.

As análises e a proposta de encaminhamento elaboradas pelo auditor de controle externo mereceram a concordância do diretor da Primeira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – 1ª Diasp/TCDF e do titular da Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp/TCDF (e-DOC 63EAC377-e).

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPjTCDF opinou por intermédio do **Parecer n.º 219/2020-G1P** (e-DOC 31C36BB3-e), em harmonia com a Seasp/TCDF, com acréscimos no sentido de que o corpo instrutivo proceda ao exame da conformidade dos preços contratados com os de mercado, e para que a SES/DF justifique a não realização de licitação regular para o objeto.

É o relatório.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.166/19e

VOTO

Cuidam os autos de representação formulada pela empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP, versando acerca de supostas irregularidades no ato de inabilitação da Representante no curso da Dispensa de Licitação n.º 37/2019, lançada pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, para contratação emergencial de empresa de engenharia para prestação de serviços de manutenção predial e para reconstituição de partes de obras civis afetadas, em imóveis pertencentes à Pasta da Saúde e outros que estejam sob a sua responsabilidade (e-DOC 24AD7A45-c).

Mediante **Despacho Singular n.º 337/2019-GCIM** (e-DOC DA50EE30-e), de 19.06.2019, ratificado pelo Plenário nos termos da **Decisão n.º 2.222/2019** (e-DOC 68E551C0-e), amparado no art. 40 da Lei Complementar n.º 01/1994, no art. 113, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993 e no art. 277 do Regimento Interno do TCDF, em harmonia com a Seasp/TCDF, com acréscimos, decidi no sentido de: tomar conhecimento da representação formulada pela empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP; determinar à SES/DF que, cautelarmente, até o julgamento de mérito da representação em comento, limite o valor a ser eventualmente desembolsado com serviços objeto dos lotes 2, 3 e 13 da Dispensa de Licitação n.º 37/2019 aos valores que seriam gastos pelo Poder Público na forma das respectivas propostas de preço apresentadas pela empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP; fixar prazo de 3 (três) dias para apresentação de esclarecimentos pela SES/DF, facultando a manifestação das empresas interessadas no mesmo prazo.

Por intermédio da **Decisão n.º 2.274/2019**, a Corte deliberou: pelo conhecimento do pedido de dilação de prazo formulado pelo representante legal da empresa Civil Engenharia Ltda.; por reiteração à SES/DF quanto à necessidade de dar cumprimento da diligência constante do item II.b do Despacho Singular n.º 337/2019-GCIM, ratificado pela Decisão n.º 2.222/2019, no prazo de 3 (três) dias; por alerta ao titular da Pasta da Saúde que o não atendimento de decisão deste Tribunal, no prazo fixado, sem causa justificada, sujeita o infrator à multa prevista no art. 57, inciso IV, da LO/TCDF; pela concessão de prazo de 3 (três) dias às empresas Civil Engenharia Ltda., Infra Engeth Infraestrutura Construção e Comércio Ltda. e Contarpp Engenharia Ltda., para se manifestarem acerca dos fatos representados na exordial; e por autorização para a realização de inspeção na jurisdição, com a finalidade de examinar ocorrência de falhas e ilegalidades perpetradas pela SES/DF no ato de inabilitação da empresa representante nos lotes 2, 3 e 13 da Dispensa de Licitação n.º 37/2019.

No dia 12.07.2019, a empresa Civil Engenharia Ltda. encaminhou tempestivamente manifestação à Corte (e-DOC 8B1F6DF1-c).

A SES/DF, por sua vez, prestou esclarecimentos ao Tribunal no dia 15.07.2019, por meio do Ofício SEI-GDF n.º 2.444/2019-SES/GAB e de seus respectivos anexos (e-DOC 86CFAE51-c).

A Seasp/TCDF, ao empreender exame de mérito da exordial, por intermédio da Informação n.º 43/2019-1ª Diasp (e-DOC C8E3D0AB-e), propôs à Corte: conhecer das informações prestadas pela SES/DF e pela empresa Civil Engenharia Ltda.; considerar, no mérito, parcialmente procedente a representação

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.166/19e

da empresa Urso Branco, em relação à sua habilitação para os lotes 2 e 3 da Dispensa de Licitação n.º 37/2019; determinar à Pasta da Saúde que, em relação ao lote 13 da Dispensa de Licitação n.º 37/2019: a) reavalie a inabilitação da Urso Branco, inclusive realizando as diligências que se fizerem necessárias, uma vez que o atestado de capacidade técnica vinculado ao Contrato n.º 55/2013, firmado com a própria SES/DF, comprovaria a prestação de serviços de manutenção em “ambiente hospitalar”, e b) caso seja considerado hábil o atestado da Urso Branco, promova nova cotação de preços junto a todas as empresas habilitadas, adotando como limite máximo de preço o índice $k = 0,78$, informando ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca das medidas adotadas.

Mediante o Despacho Singular n.º 411/2019-GCIM, deferi vista integral dos autos à empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP.

O MPjTCDF opinou por meio do Parecer n.º 535/2019-G1P, de forma parcialmente convergente com a área instrutiva, no sentido de que a Corte considere, no mérito, procedente a exordial, vez que a Representante preencheu o requisito técnico do Ato Convocatório de Dispensa de Licitação n.º 37/2019, apresentando a certidão de acervo técnico e o atestado de capacidade técnica objeto da inabilitação da empresa, e determine à SES/DF que reavalie a inabilitação da Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções Eireli – EPP.

No dia 18.09.2019, exarei o **Despacho Singular n.º 537/2019-GCIM** (e-DOC AD6CAE44-e), determinando “o retorno dos autos à Seasp/TCDF, para fins de reinstrução, de modo que a unidade instrutiva, a partir da realização de inspeção, já autorizada pelo Plenário por meio do item V da Decisão n.º 2.274/2019⁹, traga ao processo, no mínimo, as seguintes informações, com a respectiva análise:

- cópia integral do processo administrativo referente à Dispensa de Licitação n.º 37/2019;
- justificativa técnica da SES/DF para a necessidade de requerer atestados de capacidade técnico-operacional atrelados a serviços prestados em determinados tipos de edificação, com característica administrativa ou hospitalar, a depender do lote;
- qual atestado de capacidade técnico-operacional, em nome da empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP, dá suporte à participação da Representante na Dispensa de Licitação n.º 37/2019;
- qual o alcance da vedação contida na Certidão de Registro e Quitação n.º 7626/2019-INT, emitida pelo CREA/DF em favor da empresa Urso Branco;
- qual a pertinência das informações trazidas pela Representante nos documentos de e-DOC D4B76E85-c e 8AC845F6-c” (grifos originais).

Buscando dar cumprimento à referida deliberação monocrática, a Seasp/TCDF encaminhou à SES/DF as Notas de Inspeção n.ºs 01/2019 e 02/2019,

⁹ “V – autorizar, desde logo, a realização de inspeção na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, com a finalidade de examinar ocorrência de falhas e ilegalidades perpetradas pela SES/DF no ato de inabilitação da empresa representante nos lotes 2, 3 e 13 da Dispensa de Licitação n.º 37/2019; VI – autorizar o retorno dos autos à Seasp/TCDF, para exame de mérito da exordial, em caráter urgente”.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.166/19e

acostadas ao e-DOC 21CF549A-e, e se manifestou por meio da Informação n.º 72/2019-1ª Diasp (e-DOC 730B1930-e).

Na Sessão Ordinária n.º 5.181, de 28.11.2019, o Tribunal exarou a **Decisão n.º 4.142/2019**, deliberando: pelo conhecimento dos expedientes acostados ao feito; por determinação à SES/DF para que, no prazo de 3 (três) dias, informe ao Tribunal i) a justificativa técnica para a necessidade de requerer atestados de capacidade técnico-operacional atrelados a serviços prestados em determinados tipos de edificação, com característica administrativa ou hospitalar, a depender do lote, demonstrando quais técnicas e expertises de manutenção se diferenciam em cada tipologia de edifício, considerando, inclusive, que, apesar de o lote 13 da Dispensa de Licitação n.º 37/2019 contemplar edificações com área total de 28.282,31 m², apenas 5.490 m² são referentes a um hospital propriamente dito (Hospital Regional do Guará – HRGu); ii) qual o atestado de capacidade técnico-operacional, em nome da empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP, dá suporte à participação da citada empresa na Dispensa de Licitação n.º 37/2019 e iii) qual a forma como os serviços objeto dos lotes 2, 3 e 13 da Dispensa de Licitação n.º 37/2019 estão sendo prestados.

Posteriormente, acompanhando a proposta de encaminhamento ofertada pelo corpo instrutivo no bojo da Informação n.º 89/2019-1ª Diasp, acerca do reportado pela SES/DF no Ofício n.º 4.315/2019-SES/GAB, a Presidente desta Corte, por meio da **Decisão Liminar n.º 08/2019-P/AT¹⁰**, considerou “*cumprida a Decisão 4.142/2019*”.

Nesta oportunidade, a Seasp/TCDF, mediante a Informação n.º 21/2020-1ª Diasp, reportou “*que o objeto da Representação foi o questionamento da empresa Urso Branco, quanto à inabilitação para execução dos serviços dos lotes n.ºs 2, 3 e 13 da Dispensa de Licitação nº 37/2019*”.

Afirmou, no entanto, que a SES/DF “*reviu sua posição em relação aos lotes n.ºs 2 e 3, conforme consta do Despacho SEI-GDF SES/SEINFRA/DEA*”, sustentando, assim, “*que a controvérsia remanescente diz respeito apenas ao Lote 13 da Dispensa de Licitação nº 37/2019*”.

A unidade instrutiva pontuou que, apesar de a proporção da área do lote 13 relativa a ambiente hospitalar não ter sido considerada para a definição dos requisitos de qualificação técnica, há diversas edificações onde são realizadas atividades que, “*mesmo não sendo de alta criticidade, demandariam maiores cuidados ao se realizar intervenções de manutenção, a fim de se evitar contaminação desses ambientes*”, o que justificaria suficientemente as exigências do projeto básico.

No entanto, o corpo instrutivo asseverou que, “*Dentre a documentação apresentada perante a SES/DF, verifica-se não haver atestado expedido em nome da pessoa jurídica Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções Ltda. que comprove sua aptidão na prestação de serviços de manutenção predial de natureza ‘hospitalar’*”.

Ao final, após afirmar que “*devem ser desconsideradas, no tocante ao mérito da Representação em epígrafe, as sugestões constantes das Informações n.ºs 43/2019 – DIASP 1 e 72/2019 – DIASP 1 (peças 39 e 62)*”, a Seasp/TCDF

¹⁰ Referendada pelo Plenário mediante a Decisão n.º 07/2020 (e-DOC FE79D16D-e).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.166/19e

sugeri ao Tribunal: considerar, no mérito, parcialmente procedente a representação formulada pela empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP; e autorizar o prosseguimento do processo de contratação relativo aos lotes 2, 3 e 13 da Dispensa de Licitação n.º 37/2019 e o arquivamento dos autos.

O MPJTCDF opinou de forma convergente com a área instrutiva, com acréscimos no sentido de que o corpo instrutivo proceda ao exame da conformidade dos preços contratados com os de mercado, e para que a SES/DF justifique a não realização de licitação regular para o objeto, nos termos do Parecer n.º 219/2020-G1P, da lavra da Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

Após compulsar os autos, tem-se que meu posicionamento sobre a matéria coincide em parte com o que fora propugnado pelos órgãos instrutivo e ministerial, conforme passarei a expor.

Lembro, de início, que a empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP, na exordial, insurgiu-se contra o fato de não ter tido sua documentação aceita pela SES/DF no curso da Dispensa de Licitação n.º 37/2019, por ter apresentado atestado sem a respectiva certidão de acervo técnico – CAT¹¹, apesar de o referido atestado conter “*Selo Holográfico/Carimbo*” que comprovaria a existência de CAT vinculada, e de a certidão correspondente ter sido entregue na ocasião do recurso administrativo interposto pela Representante à jurisdicionada.

Como relatado pelo corpo instrutivo na Informação n.º 43/2019-1ª Diasp, após a constatação da verossimilhança das alegações da Representante por parte deste Relator mediante o Despacho Singular n.º 337/2019-GCIM¹², a própria SES/DF, ao se manifestar por intermédio do Ofício SEI-GDF n.º 2.444/2019-SES/GAB¹³, reviu seu posicionamento, passando a aceitar o atestado da Urso Branco como suficiente para atender à exigência contida no item 9.2.2.c do Projeto Básico.

No que se refere às duas outras questões suscitadas no feito, relativas à i) pertinência de se requerer atestado de capacidade técnico-operacional atrelados a serviços prestados em determinados tipos de edificação, com característica administrativa ou hospitalar, a depender do lote; e ii) à existência ou não de atestado de capacidade técnico-operacional, em nome da empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP, que dê suporte à participação da Representante na Dispensa de Licitação n.º 37/2019, concordo também com as conclusões expostas na instrução e no parecer ministerial.

De fato, apesar da ausência de justificativas técnicas específicas, penso ser possível, neste caso concreto, admitir a exigência de comprovação de experiência na prestação de serviços em ambiente hospitalar *lato sensu*, não subsistindo, assim, a aventada irregularidade.

Ademais, restou confirmada a ausência, no processo administrativo correspondente, de atestado de capacidade técnico-operacional em nome da empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP para fazer frente às condicionantes do Projeto Básico, o que indicaria a inabilitação da

¹¹ Em referência à exigência contida no item 9.2.2.c do Projeto Básico (fl. 18 do e-DOC 24AD7A45-c).

¹² Ratificado pelo Plenário nos termos da Decisão n.º 2.222/2019 (e-DOC 68E551C0-e).

¹³ Fl. 6 do e-DOC 86CFAE51-c.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.166/19e

Representante na Dispensa de Licitação n.º 37/2019.

Por essas razões, cumpre deliberar pela procedência parcial da representação, em conformidade com o proposto pela Seasp/TCDF e pelo MPjTCDF.

Não obstante, penso que dessa conclusão não poderá, *in casu*, decorrer qualquer outra diligência específica à SES/DF, tampouco emergir qualquer direito subjetivo a pretensas empresas interessadas. Explico.

Recordo que, no bojo do Despacho Singular n.º 537/2019-GCIM, este Relator já havia noticiado que a ratificação da Dispensa de Licitação n.º 37/2019, a qual a representação *sub examine* se refere, foi publicada no DODF do dia 09.07.2019, sem englobar os lotes objeto de controvérsia nestes autos e que foram citados no item II.a do Despacho Singular n.º 337/2019-GCIM – lotes 2, 3 e 13.

Frisa-se que não há registro de que posteriormente tenham sido celebrados contratos para esses lotes, conforme consignado nos parágrafos 28/29 da Informação n.º 21/2020-1ª Diasp¹⁴ e no parágrafo 47 do Parecer n.º 219/2020-G1P¹⁵.

Como os contratos firmados a partir da Dispensa de Licitação n.º 37/2019, alusivos aos demais 17 lotes, foram todos assinados no dia 17.07.2019¹⁶, com prazo de vigência máximo de 180 (cento e oitenta) dias, sem que tivesse sido concluído o processo de contratação regular¹⁷, a Pasta da Saúde lançou a Dispensa de Licitação n.º 420/2020¹⁸, com idêntico escopo à Dispensa de Licitação n.º 37/2019.

A ratificação do novel procedimento de dispensa restou publicada no DODF do dia 04.03.2020:

“RATIFICAÇÃO DE *DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 420/2019*

*A Subsecretária da Subsecretaria de Administração Geral - SUAG/SES-DF autorizou a realização de despesa mediante **Dispensa de Licitação nº 420/2019**, processo S.E.I. 00060-00472285/2019-81, referente à **Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviço continuado de manutenção predial corretiva, com fornecimento de mão de obra, peças/materiais nos sistemas das edificações, nas instalações elétricas, hidrossanitárias, de combate e prevenção a incêndios e de ar condicionado (ACJ e Air Split) e exaustão, no sistema de proteção de descargas atmosféricas (SPDA), bem***

¹⁴ “28. Destaca-se, ainda, que a partir de consulta ao Portal da Transparência do GDF e também no Diário Oficial do DF, verificou-se ainda não haver contratação para a execução dos serviços dos lotes 2, 3 e 13.

29. No mesmo sentido, por intermédio do Ofício SEI-GDF n.º 269/2019 – SES/SEINFRA20, a Subsecretária de Infraestrutura em Saúde informa que ainda não foi formalizado contrato de manutenção predial para as edificações da Superintendência da Região de Saúde Centro Sul – SRSCS (Lote 13), em que pese haver autorização da Corte, ex vi do Item II.a do Despacho Singular n.º 337/2019- GCIM”.

¹⁵ “47. Em pesquisa realizada no Diário Oficial e no Portal de Transparência não localizamos contrato firmado para a manutenção predial das edificações da Secretaria de Saúde, em consonância com as informações prestadas no Ofício SEI-GDF n.º 269/2019 – SES/SEINFRA”.

¹⁶ Os extratos dos contratos foram publicados no DODF dos dias 19.08.2019 e 04.09.2019.

¹⁷ A situação da contratação regular dos serviços correspondentes à Dispensa de Licitação n.º 37/2019 será abordada mais adiante neste voto.

¹⁸ <http://www.saude.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2019/12/DL-N-420-2019.pdf>

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.166/19e

como executar a reconstituição das partes de obras civis afetadas, das unidades de saúde listadas no Apêndice VIII pertencentes à Secretaria de Saúde do Distrito Federal e dos imóveis que estejam sob sua responsabilidade, a ser realizada pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, em favor das empresas POLI ENGENHARIA (LOTES 01 e 13) sendo o valor total R\$ 3.030.494,34 (três milhões, trinta mil quatrocentos e noventa e quatro reais e trinta e quatro centavos), DAN ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (LOTES 03 e 07) sendo o valor total R\$ 4.660.361,82 (quatro milhões, seiscentos e sessenta mil trezentos e sessenta e um reais e oitenta e dois centavos), IMPLANTA CONSTRUÇÕES LTDA (LOTES 04 e 10) sendo o valor total R\$ 2.015.467,46 (dois milhões, quinze mil quatrocentos e sessenta e sete reais e quarenta e seis centavos), MEVATO CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA (LOTES 05 e 09) sendo o valor total R\$ 2.264.525,91 (dois milhões, duzentos e sessenta e quatro mil quinhentos e vinte e cinco reais e noventa e um centavos), INFRA ENGETH (LOTES 06, 08 e 16) sendo o valor total R\$ 5.764.525,91 (cinco milhões, setecentos e sessenta e quatro mil quinhentos e vinte e cinco reais e noventa e um centavos), COSS CONSTRUÇÕES EIRELLI (LOTE 11) sendo o valor total R\$ 2.525.038,32 (dois milhões, quinhentos e vinte e cinco mil trinta e oito reais e trinta e dois centavos), CONTARPP ENGENHARIA LTDA. (LOTE 12, 18 e 20) sendo o valor total R\$ 10.044.611,58 (dez milhões, quarenta e quatro mil seiscentos e onze reais e cinquenta e oito centavos), AJL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELLI (LOTE 14) sendo o valor total R\$ 3.047.102,85 (três milhões, quarenta e sete mil cento e dois reais e oitenta e cinco centavos), CDL ENGENHARIA DE MONTAGENS LTDA. (LOTE 15) sendo o valor total R\$ 3.735.105,45 (três milhões, setecentos e trinta e cinco mil cento e cinco reais e quarenta e cinco centavos), CIVIL ENGENHARIA (LOTE 17) sendo o valor total R\$ 2.847.367,11 (dois milhões, oitocentos e quarenta e sete mil trezentos e sessenta e sete reais e onze centavos), e CONSTRUTORA IPÊ LTDA (LOTE 19) sendo o valor total R\$ 5.101.528,67 (cinco milhões, cento e um mil quinhentos e vinte e oito reais e sessenta e sete centavos), totalizando o valor de R\$ 45.036.130,57 (Quarenta e cinco milhões, trinta e seis mil cento e trinta reais e cinquenta e sete centavos), conforme especificado no Projeto Básico dos autos, com fundamento legal no artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Prévia autorização de acordo com o Decreto nº 34.466 de 18 de junho de 2013. Ato que ratifiquei em 02 de março de 2020, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e determinei sua publicação no Diário Oficial do DF, para que adquirisse a necessária eficácia. Osnei Okumoto-Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal.”

Como consequência dessa ratificação, foram firmados novos contratos, não havendo, neste momento, nenhum ajuste vigente oriundo da Dispensa de Licitação n.º 37/2019, de modo que o objeto daquele procedimento de dispensa foi totalmente abarcado pela Dispensa de Licitação n.º 420/2020, inclusive no que tange aos lotes 2, 3 e 13, aos quais se refere a peça inaugural.

A propósito, vale mencionar que as empresas Infra Engeth Infraestrutura Construção e Comércio Ltda., Contarpp Engenharia Ltda., e Civil



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.166/19e

Engenharia Ltda., que tinham apresentado propostas para os lites 2, 3 e 13 da Dispensa de Licitação n.º 37/2019, participaram normalmente da Dispensa de Licitação n.º 420/2019, sem suscitar qualquer insurgência a esta Corte.

A empresa Civil Engenharia Ltda. foi a vencedora de um dos lotes e as outras duas sociedades empresárias se sagraram vencedoras de 3 (três) lotes cada, como se pode ver no extrato da ratificação da dispensa transcrito acima.

Nesse contexto, e considerando que, conforme já realçado, nem sequer chegou a haver ratificação da Dispensa de Licitação n.º 37/2019 para os lotes 2, 3 e 13, a ratificação da Dispensa de Licitação n.º 420/2019-SES/DF, com escopo idêntico ao da Dispensa de Licitação n.º 37/2019-SES/DF, poderia configurar até mesmo a superveniente perda de objeto da representação formulada pela empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP e o arquivamento do feito sem apreciação do mérito.

Contudo, entendo ser adequado seguir a linha de enfrentar o mérito das questões postas ao descortino desta Corte, conforme proposta que defendi acima, considerando parcialmente procedente a exordial, sobretudo em razão de o Procurador-Chefe da Procuradoria-Geral do Consultivo, da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, Dr. Gabriel Abbad Silveira, por meio do **Parecer n.º 143/2020-PGDF/PGCONS**, ao se pronunciar sobre a Dispensa de Licitação n.º 420/2019, além de reconhecer a identidade de objeto daquele procedimento com a Dispensa de Licitação n.º 37/2019, consignou que as análises empreendidas no presente processo pelo TCDF possuem repercussão no novo procedimento de dispensa de licitação, nestes termos:

“(…) a SES/DF pode e deve observar as recomendações aplicáveis à espécie dadas pelo TCDF a respeito da Dispensa de Licitação n.º 37/2019, conforme Despacho SES/SUAG/DAESP/GEAQ (34924948). Em que pese as decisões da Corte de Contas se referirem a procedimento diverso, servem de parâmetro para atuação nesta dispensa sob análise, no que for pertinente, inclusive para evitar interrupção desta contratação e ulteriores prejuízos à população” (destaquei).

Adicionalmente, como restou evidenciada a não comprovação de expertise da empresa Urso Branco para o lote 13 da Dispensa de Licitação n.º 37/2019, e considerando que a citada sociedade empresária, apesar de ter Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ distinto da empresa Poli Engenharia Ltda., possui o mesmo endereço de funcionamento e um sócio em comum com esta última¹⁹, mostra-se pertinente determinar à Seasp/TCDF que autue processo apartado para exame de regularidade da Dispensa de Licitação n.º 420/2019-SES/DF, em especial quanto cumprimento dos requisitos de habilitação técnica por parte da empresa Poli Engenharia Ltda., vencedora dos lotes 1 e 13 do aludido procedimento de dispensa, e signatária dos Contratos n.ºs 29/2020 e 40/2020-SES/DF.

Para corroborar com a pertinência dessa diligência, ressalto que, a partir de consulta realizada pelo meu Gabinete na página eletrônica do CREA/DF no

¹⁹ Parágrafo 32 do Parecer n.º 219/2020-G1P.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.166/19e

dia 07.04.2020, constatei que a empresa Poli Engenharia Ltda. está com a situação “irregular” perante aquele conselho de fiscalização profissional, conforme se vê na imagem a seguir:

POLI ENGENHARIA LTDA	
Tipo de Registro: Definitivo	
Registro n.º: 1745	Ano do Registro: 1983
E-mail: poli.4n@poliengenharia.com.br	Situação: IRREGULAR

Por fim, menciono que o **Pregão Eletrônico n.º 287/2018-SES/DF**, cujo objeto é a **contratação regular** de empresa(s) para a prestação de serviço continuado de manutenção predial preventiva e corretiva e executar a reconstituição das partes de obras civis afetadas, de unidades de saúde pertencentes à SES/DF e dos imóveis que estejam sob sua responsabilidade, é analisado por esta Corte no âmbito do **Processo n.º 22.598/2018-e**, de relato do Conselheiro **Manoel de Andrade**.

O referido certame foi suspenso pelo Tribunal por força da Decisão n.º 3.877/2018, de 09.08.2018. Na última deliberação plenária adotada naquele feito – Decisão n.º 2.278/2019, de 09.07.2019, o Plenário autorizou a continuidade do referido pregão, sem prejuízo de determinar que a SES/DF encaminhasse documentação para avaliação do cumprimento da Decisão n.º 311/2019 e reabrisse o prazo inicialmente previsto para a apresentação das propostas.

Diante do exposto, em harmonia parcial com os órgãos instrutivo e ministerial, VOTO no sentido de que o eg. Plenário:

- I. tome conhecimento:
 - a) da Informação n.º 21/2020-1ª Diasp (e-DOC 5366E2FE-e);
 - b) do Parecer n.º 219/2020-G1P (e-DOC 31C36BB3-e);
 - c) dos demais documentos juntados aos autos;
- II. considere, no mérito, parcialmente procedente a representação formulada pela empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP, sem que disso resulte qualquer diligência específica à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, tampouco emergja qualquer direito subjetivo a pretensas empresas interessadas, tendo em vista a superveniente ratificação da Dispensa de Licitação n.º 420/2019-SES/DF, com escopo idêntico ao da Dispensa de Licitação n.º 37/2019-SES/DF, para a qual não houve a ratificação do procedimento de dispensa para os lotes 2, 3 e 13, aos quais se refere a exordial;
- III. determine à Seasp/TCDF que autue processo apartado para exame de regularidade da Dispensa de Licitação n.º 420/2019-SES/DF, em especial quanto ao cumprimento dos requisitos de habilitação técnica por parte da empresa Poli Engenharia Ltda., vencedora dos lotes 1 e 13 do aludido procedimento de dispensa, e signatária dos Contratos n.ºs 29/2020 e 40/2020-



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.166/19e

SES/DF;

- IV. dê ciência da decisão a ser proferida aos representantes legais das empresas Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP, Infra Engeth Infraestrutura Construção e Comércio Ltda., Contarpp Engenharia Ltda., e Civil Engenharia Ltda.;
- V. autorize:
- a) o envio de cópia deste Relatório/Voto e da decisão a ser proferida à SES/DF, tendo em vista o disposto no Parecer n.º 143/2020-PGDF/PGCONS, da Procuradoria-Geral do Distrito Federal;
 - b) o retorno dos autos à Seasp/TCDF, para a adoção das providências devidas e posterior arquivamento.

Sala das Sessões, 08 de abril de 2020

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro-Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

Sessão Ordinária Nº 5203, de 08/04/2020

TCDF/Secretaria das Sessões
Folha:.....
Processo: 14166/2019-e
Rubrica:.....

PROCESSO Nº 14166/2019-e

RELATOR : CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO


EMENTA : Representação da empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI - EPP, versando acerca de supostas irregularidades no ato de inabilitação da representante no curso da Dispensa de Licitação n.º 37/2019, lançada pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, para contratação emergencial de empresa de engenharia para prestação de serviços de manutenção predial e para reconstrução de partes de obras civis afetadas, em imóveis pertencentes à Pasta da Saúde e outros que estejam sob a sua responsabilidade.

DECISÃO Nº 964/2020

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) da Informação n.º 21/2020-1ª Diasp (e-DOC 5366E2FE-e); b) do Parecer n.º 219/2020-G1P (e-DOC 31C36BB3-e); c) dos demais documentos juntados aos autos; II - considerar, no mérito, parcialmente procedente a representação formulada pela empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI - EPP, sem que disso resulte qualquer diligência específica à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, tampouco emergja qualquer direito subjetivo a pretensas empresas interessadas, tendo em vista a superveniente ratificação da Dispensa de Licitação n.º 420/2019- SES/DF, com escopo idêntico ao da Dispensa de Licitação n.º 37/2019-SES/DF, para a qual não houve a ratificação do procedimento de dispensa para os lotes 2, 3 e 13, aos quais se refere a exordial; III - determinar à Seasp/TCDF que autue processo apartado para exame de regularidade da Dispensa de Licitação n.º 420/2019- SES/DF, em especial quanto ao cumprimento dos requisitos de habilitação técnica por parte da empresa Poli Engenharia Ltda., vencedora dos lotes 1 e 13 do aludido procedimento de dispensa, e signatária dos Contratos n.ºs. 29/2020 e 40/2020 SES/DF; IV - dar ciência desta decisão aos representantes legais das empresas Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI - EPP, Infra Engeth Infraestrutura Construção e Comércio Ltda., Contarpp Engenharia Ltda. e Civil Engenharia Ltda.; V - autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à SES/DF, tendo em vista o disposto no Parecer n.º 143/2020-PGDF/PGCONS, da Procuradoria-Geral do Distrito Federal; b) o retorno dos autos à Seasp/TCDF, para a adoção das providências devidas e posterior arquivamento. O Conselheiro RENATO RAINHA deixou de atuar nos autos, por força do art. 153, § 1º, do RI/TCDF.

Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador-Geral MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA. Ausente o Conselheiro PAIVA MARTINS.

SALA DAS SESSÕES, 08 de Abril de 2020


João Batista Pereira De Souza
Secretário das Sessões


Anilcéia Luzia Machado
Presidente



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
 Subsecretaria de Infraestrutura em Saúde
 Diretoria de Engenharia e Arquitetura

Parecer Técnico n.º 62/2020 - SES/SINFRA/DEA

PARECER TÉCNICO

Trata-se do Processo nº 00060-00129560/2020-83, para contratação emergencial de empresa especializada em construção civil para adequar o Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha no sentido de implementar o Hospital de Campanha e criar 200 (duzentos) leitos de internação para pacientes em tratamento de coronavírus (COVID-19), conforme condições e especificações do Projeto Básico 38004410.

Atendendo ao Despacho SES/SUAG/DAESP/GEAQ (38364578), emitimos parecer técnico da habilitação apresentada pela empresa MACRO ENGENHARIA (38359765, 38361435 e 38361602).

Serão analisados os documentos tão somente quanto aos aspectos técnicos, de acordo com os documentos juntados com vistas a facilitar o trabalho da SUAG no que tange a análise dos demais aspectos de habilitação e indicação do vencedor.

Os itens técnicos do Projeto Básico estão discriminados abaixo. Todas as demais exigências do Projeto Básico e Edital deverão ser analisadas pela Subsecretaria de Administração Geral, por intermédio de seus setores, inclusive declarações e demais documentos.

EMPRESA	7.2.1 - Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica	7.2.2 - Atestado(s) de Capacidade Técnico Operacional	PARECER
RELUS ENGENHARIA	-	-	A documentação referente à habilitação técnica não foi anexada aos autos, quando da análise técnica realizada por esta Diretoria nesta data.
RVA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES EIRELI ME	38361602, pág. 18 e 21 38361602, pág. 20	TJDFT - 38359765, pág. 25. Ministério da Defesa - 38361435, pág. 1. BRB - 38361602, pág. 1.	A DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA É DE PARECER DESFAVORÁVEL À HABILITAÇÃO SOB OS ASPECTOS TÉCNICOS , POR NÃO TER CUMPRIDO O ITEM 7.2.2, uma vez que não consta nos autos Atestado(s) de Capacidade Técnico Operacional, comprovando que a empresa licitante (pessoa jurídica) executou, de forma satisfatória, serviços de manutenção predial ou construção de edificações hospitais , compatível com as características, o vulto e a

		Secretaria de Estado de Cultura - GDF - 38361602, pág. 11.	<p>complexidade do objeto da presente dispensa de licitação.</p> <p>Além disso, não consta nos autos as Certidões de Acervo Técnico para os atestados do TJDFT e do BRB.</p> <p>PROPOSTA DA EMPRESA NÃO ATENDE AS NECESSIDADES DO SERVIÇO/AQUISIÇÃO ESTABELECIDOS PELA SES/DF E AO PROJETO BÁSICO QUANTO AOS ASPECTOS TÉCNICOS.</p>
APCJ	-	-	A documentação referente à habilitação técnica não foi anexada aos autos, quando da análise técnica realizada por esta Diretoria nesta data.
COMBRASEN - COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUÇÕES EM ENGENHARIA LTDA	38361797, pág. 69-70	<p>PMDF - 38361797, pág. 1-12.</p> <p>PCDF - 38361797, pág. 71-87.</p> <p>SSPDF - 38361797, pág. 88-111.</p> <p>SSPDF - 38361797, pág. 112-139.</p>	<p>A DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA É DE PARECER DESFAVORÁVEL À HABILITAÇÃO SOB OS ASPECTOS TÉCNICOS, POR NÃO TER CUMPRIDO O ITEM 7.2.2, uma vez que não consta nos autos Atestado(s) de Capacidade Técnico Operacional, comprovando que a empresa licitante (pessoa jurídica) executou, de forma satisfatória, serviços de manutenção predial ou construção de edificações hospitais, compatível com as características, o vulto e a complexidade do objeto da presente dispensa de licitação.</p> <p>PROPOSTA DA EMPRESA NÃO ATENDE AS NECESSIDADES DO SERVIÇO/AQUISIÇÃO ESTABELECIDOS PELA SES/DF E AO PROJETO BÁSICO QUANTO AOS ASPECTOS TÉCNICOS.</p>
ATIVOS ENGENHARIA EIRELI ME	<p>38406981, pág 17-18</p> <p>38406981, pág 21</p>	<p>Felicittá Shopping - 38406981, pág. 7-9.</p> <p>Felicittá Shopping - 38406981, pág. 10-12.</p>	<p>A DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA É DE PARECER DESFAVORÁVEL À HABILITAÇÃO SOB OS ASPECTOS TÉCNICOS, POR NÃO TER CUMPRIDO O ITEM 7.2.2, uma vez que não consta nos autos Atestado(s) de Capacidade Técnico Operacional, comprovando que a empresa licitante (pessoa jurídica) executou, de forma</p>

		CEB - 38406981, pág. 13-16.	<p>satisfatória, serviços de manutenção predial ou construção de edificações hospitais, compatível com as características, o vulto e a complexidade do objeto da presente dispensa de licitação.</p> <p>PROPOSTA DA EMPRESA NÃO ATENDE AS NECESSIDADES DO SERVIÇO/AQUISIÇÃO ESTABELECIDOS PELA SES/DF E AO PROJETO BÁSICO QUANTO AOS ASPECTOS TÉCNICOS.</p>
CONTARPP ENGENHARIA LTDA	38407088, pág. 81-83	<p>SES/DF - 38407088, pág. 15-29.</p> <p>SES/DF - 38407088, pág. 30-48.</p>	<p>A DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA É DE PARECER FAVORÁVEL À HABILITAÇÃO DA EMPRESA QUANTO AOS ASPECTOS TÉCNICOS POR TER CUMPRINDO OS ITENS CONTIDOS NO PROJETO BÁSICO 7.2.1 e 7.2.2.</p> <p>PROPOSTA DA EMPRESA ATENDE AS NECESSIDADES DO SERVIÇO/AQUISIÇÃO ESTABELECIDOS PELA SES/DF E AO PROJETO BÁSICO QUANTO AOS ASPECTOS TÉCNICOS.</p>
NOAH CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELLI	Não consta nos autos	<p>Ciplan - 38407142, pág. 1</p> <p>Residencial - 38407142, pág. 2-3</p> <p>Boulevard Nutriform Nutrição Esportiva Ltda - 38407142, pág. 4-7</p> <p>Guilherme de Macedo Soares & Advogados Associados - 38407142, pág. 55</p>	<p>A DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA É DE PARECER DESFAVORÁVEL À HABILITAÇÃO SOB OS ASPECTOS TÉCNICOS, POR NÃO TER CUMPRIDO O ITEM 7.2.2, uma vez que não consta nos autos Atestado(s) de Capacidade Técnico Operacional, comprovando que a empresa licitante (pessoa jurídica) executou, de forma satisfatória, serviços de manutenção predial ou construção de edificações hospitais, compatível com as características, o vulto e a complexidade do objeto da presente dispensa de licitação.</p> <p>Além disso, não consta nos autos a Certidão de de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica, item 7.2.1.</p> <p>PROPOSTA DA EMPRESA NÃO ATENDE AS NECESSIDADES DO SERVIÇO/AQUISIÇÃO ESTABELECIDOS PELA SES/DF E AO</p>

		Condomínio Cincinatti - 38407142, pág. 56	PROJETO BÁSICO QUANTO AOS ASPECTOS TÉCNICOS.
EMIBM ENGENHARIA INOVACAO LTDA E	38407155, pág. 10-13	<p>AGU - 38407155, pág. 18-43</p> <p>AGU - 38407155, pág. 44-65</p> <p>SEFAZ - 38407155, pág. 66-108</p> <p>SEFAZ - 38407155, pág. 109-151</p> <p>MPS - 38407155, pág. 152-155</p> <p>MINISTÉRIO DA FAZENDA - 38407155, pág. 156-195</p> <p>MPS - 38407155, pág. 196-200</p> <p>MINISTÉRIO DA FAZENDA - 38407155, pág. 201-240</p>	<p>A DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA É DE PARECER DESFAVORÁVEL À HABILITAÇÃO SOB OS ASPECTOS TÉCNICOS, POR NÃO TER CUMPRIDO O ITEM 7.2.2, uma vez que não consta nos autos Atestado(s) de Capacidade Técnico Operacional, comprovando que a empresa licitante (pessoa jurídica) executou, de forma satisfatória, serviços de manutenção predial ou construção de edificações hospitais, compatível com as características, o vulto e a complexidade do objeto da presente dispensa de licitação.</p> <p>Além disso, não consta nos autos a Certidão de de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica, item 7.2.1.</p> <p>PROPOSTA DA EMPRESA NÃO ATENDE AS NECESSIDADES DO SERVIÇO/AQUISIÇÃO ESTABELECIDOS PELA SES/DF E AO PROJETO BÁSICO QUANTO AOS ASPECTOS TÉCNICOS.</p>
TASS ENGENHARIA (THIAGO AUGUSTO DOS SANTOS SILVA ME)	Não consta nos autos	Não consta nos autos	<p>A DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA É DE PARECER DESFAVORÁVEL À HABILITAÇÃO SOB OS ASPECTOS TÉCNICOS, POR NÃO TER CUMPRIDO OS ITENS 7.2.1 E 7.2.2.</p> <p>PROPOSTA DA EMPRESA NÃO ATENDE AS NECESSIDADES DO SERVIÇO/AQUISIÇÃO ESTABELECIDOS PELA SES/DF E AO PROJETO BÁSICO QUANTO AOS ASPECTOS TÉCNICOS.</p>
MEVATO CONSTRUÇOES E COMERCIO LTDA	38407294, pág. 18-20	SES/DF - 38407294, pág. 27-46	A DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA É DE PARECER FAVORÁVEL À HABILITAÇÃO DA

			<p>EMPRESA QUANTO AOS ASPECTOS TÉCNICOS POR TER CUMPRINDO OS ITENS CONTIDOS NO PROJETO BÁSICO 7.2.1 e 7.2.2.</p> <p>PROPOSTA DA EMPRESA ATENDE AS NECESSIDADES DO SERVIÇO/AQUISIÇÃO ESTABELECIDOS PELA SES/DF E AO PROJETO BÁSICO QUANTO AOS ASPECTOS TÉCNICOS.</p>
MONTADORA ESTILO EVENTOS	Não consta nos autos	Não consta nos autos	<p>A DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA É DE PARECER DESFAVORÁVEL À HABILITAÇÃO SOB OS ASPECTOS TÉCNICOS, POR NÃO TER CUMPRIDO OS ITENS 7.2.1 E 7.2.2.</p> <p>PROPOSTA DA EMPRESA NÃO ATENDE AS NECESSIDADES DO SERVIÇO/AQUISIÇÃO ESTABELECIDOS PELA SES/DF E AO PROJETO BÁSICO QUANTO AOS ASPECTOS TÉCNICOS.</p>

Atenciosamente,

Sócrates Alves de Souza

Diretoria de Engenharia e Arquitetura

Diretor



Documento assinado eletronicamente por **SOCRATES ALVES DE SOUZA - Matr. 1686903-6, Diretor(a) de Engenharia e Arquitetura**, em 08/04/2020, às 21:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador= 38375652](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=38375652) código CRC= **92840574**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF